

Democracia como experimento: projetos de Brasil por meio da escrita ordinária

Democracy as an experiment: Brazil projects through ordinary writing



ANDRADE, Cibele da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0002-3902-5470>

RESUMO: O processo de construção da Constituição de 1988 ocorreu a partir da interação de diversos atores sociais, entre eles, a sociedade civil que se organizou para debater, influenciar e fiscalizar o projeto constitucional. Investigamos a percepção de homens e mulheres ordinários que vivenciaram esse momento da História política brasileira, o que desejavam, ansiavam e até acreditavam que aconteceria com a promulgação da nova Constituição. Analisamos narrativas criadas pela própria população, nossas principais fontes foram cartas enviadas à Assembleia Nacional Constituinte por piauienses entre os anos de 1986 e 1987. Nesse sentido, temos como recorte espacial um estado do Nordeste a fim de que possamos compreender como a população dessa região vivenciou esse período de aprofundamento na reorganização da democracia brasileira. Consideramos as cartas-formulário fontes privilegiadas para ultrapassarmos uma análise da formulação da Constituição ligada apenas às atividades desenvolvidas nos gabinetes político-partidários e nas reuniões das comissões temáticas. A Assembleia Nacional Constituinte teve desdobramentos no cotidiano, nas ruas, nas assembleias, nas associações e nas igrejas. Além disso, as pessoas também debatiam a Constituinte e tinham grande interesse nisso, porque ansiavam, sobretudo, por mudanças.

ABSTRACT: The drafting of the 1988 Brazilian Constitution involved the interaction of multiple social actors, including civil society, which organized itself to debate, influence, and monitor the constitutional process. This study investigates the perceptions of ordinary men and women who experienced that historical moment—what they hoped for, desired, and believed would happen with the promulgation of the new Constitution. Our primary sources are letters sent to the National Constituent Assembly by residents of the state of Piauí between 1986 and 1987. Focusing on this Northeastern state allows us to explore how the population of this region engaged with the democratic reorganization underway. We regard the form-letters as privileged sources, as they enable an analysis that goes beyond the formal political arenas—commissions and party offices—shedding light on how the Constituent Assembly reverberated in everyday life. Debates also took place in streets, assemblies, associations, and churches, driven by a widespread desire for change. Theoretical grounding for this study is provided by Reinhart Koselleck's (2006) categories of "space of experience" and "horizon of expectations." To contextualize the production of these popular suggestions, we also examine other forms of civil society participation during the Constituent process, linking them to broader economic and

* Mestra em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Teresina- PI. Professora da Rede Municipal de Fortaleza. E-mail: Cibelelucres@gmail.com.



Como fundamentação teórica, utilizamos as categorias espaço de experiência e horizontes de expectativas formulados por Reinhart Koselleck (2006). No intuito de contextualizar a produção das sugestões analisadas, também discutimos outras formas de participação protagonizadas pela sociedade civil na Constituinte, assim como as articulamos ao contexto econômico e ao cultural por meio da análise de jornais, fontes bibliográficas e do próprio texto constitucional.

cultural dynamics through the analysis of newspapers, bibliographic sources, and the constitutional text itself.

PALAVRAS-CHAVE: História; Constituinte; Cartas; Redemocratização.

KEYWORDS: History; Constituent Assembly; Letters; Redemocratization

*Recebido em: 01/08/2024
Aprovado em: 21/04/2025*

Considerações Iniciais

Analisamos as percepções e tentativas de intervenção dos brasileiros no processo de redemocratização ocorrido entre os fins da década de 1970 e 1980 por meio de mensagens enviadas pela população ao projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* com ênfase no conjunto de cartas remetidas por piauienses à Assembleia Nacional Constituinte. O projeto foi organizado a partir da articulação das seguintes instituições: a *Comissão de Projetos Especiais do Senado Federal*, o *Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN)* e a *Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)*, o intuito era criar uma plataforma que auxiliasse os Constituintes em seus trabalhos e resultou na formulação do *Sistema de Apoio Informático à Constituinte (SAIC)*, composto por cartas-formulário remetidas por brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte entre fevereiro de 1986 e julho de 1987.

Nas cartas-formulário, os participantes deveriam enviar sugestões aos senadores e aos deputados que compunham a Assembleia Nacional Constituinte. Neste caso, a escrita epistolar, ou seja, em formato de carta, permitiu-nos identificar o sentido atribuído, por parte da população, à elaboração da Constituição Federal de 1988. As cartas nos dão acesso a um discernimento ordinário do contexto político, econômico e cultural analisado, diverso do discurso oficial, mas que não se contrapõe necessariamente a ele, contudo, matiza, gradua o impacto da produção de uma nova Constituição e de um novo regime político em percepções diversificadas, diferenciadas pelos interesses de quem as produziu.

As narrativas das cartas-formulário nos dão acesso às interpretações, aos anseios, aos pedidos e às sugestões dos brasileiros, assim como às estratégias discursivas empregadas para o convencimento dos interlocutores, uma vez que, a proposta do projeto era que deputados e senadores constituintes lessem as cartas-formulário anexadas ao banco de dados. Apesar da pluralidade de temas discutidos pelos missivistas, buscamos identificar uma lógica que marca o conjunto das cartas-formulário. Para tanto, mapeamos, dentre outras características, que as mensagens se ancoram em uma articulação que envolve três categorias temporais: passado, presente e futuro.

No que se refere à fundamentação teórica, utilizamos as seguintes categorias: *opinião pública*, com base nos estudos de Jean Jacques Becker (2003), *cultura política*, de Serge Berstein (2003) e *participação popular*, de Vincent Valla (1998). Foram empregadas na problematização das fontes duas categorias centrais, ambas desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006), *espaço de experiência*, tendo em vista que os missivistas mobilizaram discursivamente suas experiências durante a escrita dos textos, *horizonte de expectativas*, pois a Constituição foi posta, na maioria das mensagens, como um instrumento promissor para a abertura de um futuro distinto do presente e do passado, tempos utilizados para fundamentar as demandas apresentadas nas narrativas.

Empregamos metodologia qualitativa na análise das *cartas-formulário* a partir do entrecruzamento com outros tipos de fontes, o que nos permitiu realizar o estudo dos textos em interlocução com o contexto econômico, social e político. Cada mensagem foi analisada de maneira individual durante a fase de catalogação e, posteriormente, identificamos aspectos comuns a fim de demonstrar que, apesar da diversificação de pedidos, o movimento de participação conjugou-se em torno de semelhanças, entre eles, a ideia de que melhores condições de vida política, social e econômica dependiam da redemocratização do país e, principalmente, da influência popular na formulação da Constituição. Em determinados momentos, também fizemos usos de quantificações acerca dos dados assinalados pelos missivistas no formulário, com o intuito de investigar a condição política, econômica e material dos escritores.

Criamos uma categoria específica para discutir as cartas-formulário utilizadas neste artigo, intitulamo-la *Constituinte ideal*, organizamo-la durante a catalogação das fontes, somam-se a ela outras oito categorias: *Poder e organização municipal*, *Economia*, *Saúde*, *Mulheres*, *Liberdade de expressão*, *Corrupção*, *Reforma agrária e homem do campo* e

Educação, que não discutiremos aqui em detrimento da amplitude da abordagem. Salientamos que alguns textos enviados pelos missivistas contêm erros ortográficos e decidimos mantê-los inalterados porque consideramos que a estética textual também transmite informações sobre quem eram esses autores enquanto sujeitos advindos de realidades sociais, econômicas e culturais distintas. Em *Constituinte ideal*, incluímos narrativas nas quais os missivistas discutiram e significaram o próprio acontecimento político o qual foi a criação de uma nova Constituição, textos em que encontramos idealizações, suspeições, descrenças, projetos e desejos a respeito das garantias que poderiam ser incluídas na Carta Constitucional. Salientamos o impacto social causado pela criação da Constituição de 1988, as cartas-formulário são ecos do processo de redemocratização nos quais foram esboçados projetos de Brasil por múltiplas vozes ordinárias, brasileiros que não tinham necessariamente vínculos institucionais ou partidários, mas que discutiam o mesmo acontecimento porque, ainda que do ponto de vista ordinário, compreendiam a pertinência do momento que vivenciavam.

Os registros da Constituinte, por exemplo, foram produzidos já com a intenção de compor um acervo, conferindo-lhes um valor simbólico. A iniciativa partiu de instituições estatais, que buscaram refletir a abertura do Estado à participação popular. Assim, o *Projeto Diga Gente–Constituição* foi pensado como um símbolo de um Brasil democrático e renovado. O enquadramento de memória construído em torno da Assembleia Nacional Constituinte teve como objetivo romper com a herança autoritária do regime militar e reafirmar os fundamentos de uma nova ordem democrática. Ao associar a participação popular à elaboração da Constituição de 1988, buscou-se legitimar o processo de transição e, ao mesmo tempo, criar um referencial histórico capaz de confrontar futuras ameaças antidemocráticas. A preservação e a disponibilização das cartas-formulário, em plataformas governamentais de acesso livre, reforçam essa intenção, ao apresentarem a Constituição vigente como resultado de um processo amplamente participativo.

Observamos os documentos relativos à ANC, sobretudo aqueles que se referem à participação popular, à luz do que considera Jacques Le Goff (1994) por *documento/monumento*. Tais registros foram transformados em função da imagem a ser construída em torno da Assembleia Nacional Constituinte direcionada ao futuro como forma de validação da Constituição e, de maneira mais ampla, da redemocratização. A

documentação a respeito da participação popular, nesse processo, foi transformada em um monumento sobre a história da democracia brasileira.

Na categoria *Constituinte ideal*, analisamos as sugestões dos missivistas que escreveram acerca dos seus anseios para com a nova Constituição, de maneira geral, todas as cartas tiveram essa característica, mas aqui anexamos especificadamente mensagens que dizem respeito ao acontecimento em si, a criação de uma nova Carta Constitucional. Observamos os significados atribuídos a ela, enfim, quais *horizontes de expectativa* os piauienses criaram durante a sua produção:

Mas os prognósticos também são determinados pela necessidade de se esperar alguma coisa. Voltada para um campo de ação mais amplo ou mais estreito, a previsão libera expectativas, a que se misturam também temor ou esperança. As condições alternativas têm que ser levadas em conta, pois sempre entram em jogo possibilidades que contêm mais do que a realidade futura é capaz de cumprir. Assim, um prognóstico abre expectativas que não decorrem apenas da experiência. Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa (Koselleck, 2006, p. 313).

Em consonância com as considerações acima, as mensagens enviadas pelos missivistas à ANC apresentam prognósticos e *expectativas* a respeito das possibilidades que se abriam com a notícia de que uma nova Constituição seria feita. Tais *expectativas* foram baseadas na mobilização de *espaços de experiência* dos autores que utilizavam suas experiências em diversos âmbitos da vida para justificarem os pedidos. Em alguns casos, esse *horizonte de expectativa* não se limitava às experiências anteriores, mas foi utilizado para tecer um futuro possível, no qual ocorreria a subversão de problemas sociais, políticos e econômicos vivenciados individual ou coletivamente. Identificamos no decorrer das categorias analisadas diversas mensagens em que a aplicação real das proposições dos missivistas seria inviável devido aos conflitos políticos que desencadeariam caso fossem implementadas, por exemplo, fazer com que as pessoas mais ricas do país pagassem a dívida externa ou as escolas privadas fossem fechadas. Parte dos missivistas criaram *expectativas* que não se restringiram à realidade material, mas teceram alternativas que não poderiam ser realizadas. O fato é que tais propostas estavam alinhadas com um senso de justiça inerente a cada escritor.

A primeira mensagem que analisaremos em *Constituinte ideal* foi enviada por Iselda Soares de Souza¹:

[...] espero que a constituinte ouça mais a voz do povo, seus conflitos e tudo o mais que o atinge. Quando falo em povo me refiro também aos índios, pois eles são o povo, seres humanos, gente que só quer viver em paz, mas se não houver acordo com o governo, eles vão lutar, vão marrar, vão furtar, porque todos nós não podemos nos enganar, sabemos que eles são a raça, o povo, o dono de tudo isso, foram enganados pelo povo branco no início da colonização [...] (Souza, 1986).

A missivista revela expectativa quanto à participação do povo na Constituinte, uma categoria abstrata que Iselda tratou de exemplificar, falava especialmente a respeito dos indígenas e apresentava justificativas que legitimariam a reivindicação de direitos pela população nativa. Não conseguimos explicitar as razões pelas quais a autora decidiu escrever a respeito do tema, afinal, ela não demonstrava na narrativa nenhuma conexão direta com uma trajetória individual, contudo, seu discurso nos remete a um aspecto evidente no processo de reconstitucionalização, a mobilização social pela incorporação de direitos dos povos indígenas na nova Constituição. Iselda estabeleceu conexões entre o presente e o passado ao justificar que as reivindicações ocorriam em decorrência da ausência de acordos com o governo. Dentro de um *horizonte de expectativa*, a autora construiu o prognóstico de que os indígenas iriam “marrar, furtar, lutar” caso não houvesse acordos, e a legitimidade das reivindicações baseava-se em um *espaço de experiência* histórico e social, em um passado que nos remete ao processo de colonização, especialmente na exploração do uso da mão de obra indígena e do território nativo.

A atuação de indígenas na luta por direitos foi parte indissociável do processo de construção da nova Constituição, o discurso proferido pelo líder indígena Ailton Krenak no plenário da ANC em setembro de 1987 representa um marco desse engajamento:

Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que

¹ Iselda Soares de Souza enviou sua carta-formulário no dia 29 de abril de 1986, de Teresina, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, solteira, tinha entre 15 e 19 anos, informou não possuir rendimento e Heráclito Fortes, deputado Constituinte pelo PMDB- PI, foi o destinatário escolhido.

haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante (Krenak, 1987).

O desdobramento da organização dos povos indígenas e da sociedade para a incorporação de garantias no texto constitucional pode ser observado no Capítulo VIII do documento intitulado “*Dos índios*”, em seu primeiro artigo tem-se o seguinte dispositivo: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988, cap. VIII, art. 231). A Constituição de 1988 representa um marco histórico para o direito dos indígenas brasileiros, dispondo sobre direito à terra, aos direitos culturais, aos sociais e aos de organização.

A segunda carta que analisamos foi enviada por Evangelista Pereira²: “A minha sugestão é: “Que a Constituinte seja uma Constituinte livre e soberana, em que todas as classes sociais tenham o direito de participar, em que o povo participe, e diga o que quer, e o que espera de uma Constituinte” (Pereira, 1986). O desejo da missivista de que a população participasse da Constituinte se concretizou, mas dentro de alguns limites, tratou-se de uma influência efetivada mais por mecanismos indiretos do que diretos de participação, mas que não deixou de ser relevante e inédita na história política do Brasil. Essa intensa participação ocorreu tanto pelo esforço da população em organizar-se para influenciar e fiscalizar as atividades Constituintes quanto pelos canais criados pelas instituições governamentais para atender essa demanda.

A categoria povo foi novamente utilizada, apesar de ter sido menos específica na definição do que Iselda Soares, Evangelista Pereira fez um recorte econômico, solicitou que todas as classes sociais pudessem apresentar propostas e necessidades. Ao afirmar que o povo deveria falar o que desejava, a missivista valoriza um tipo de participação que podemos classificar como direta, sem a intermediação de terceiros. Mesmo que esses mediadores fossem legisladores eleitos, a população deveria falar por si. Essa percepção revela certa desconfiança a respeito da atuação dos Constituintes, logo, a missivista compartilha do seguinte entendimento: as demandas sociais poderiam ser garantidas apenas por meio de uma participação integral e concreta dos brasileiros. O *horizonte de expectativas* aberto com

² Evangelista Pereira enviou sua carta-formulário no dia 21 de fevereiro de 1986 do município de São Gonçalo do Piauí, morava na zona rural, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

a nova Constituição comportava diversas possibilidades, os problemas apresentados pelos autores poderiam ser solucionados, mas, ao mesmo tempo, nada poderia mudar.

A incerteza é um aspecto que não marcou apenas a narrativa de alguns missivistas como também os mobilizou para escreverem suas cartas. Participar significava diminuir as variáveis negativas dentro desse *horizonte de expectativas* acessível pela produção de uma nova Lei. A desconfiança para com a atuação dos constituintes na defesa dos interesses da população que está implícita na narrativa escrita por Evangelista Pereira pode ser observada na matéria publicada pelo Jornal Alternativa. O periódico apresenta uma série de críticas e acusações direcionadas aos Constituintes piauienses: “Os constituintes piauienses não são confiáveis. A maioria é corrupta [...]” (Jornal Alternativa, fev. 1987, p. 03). A desconfiança para com os representantes legislativos do Piauí na Constituinte expressada indiretamente na carta-formulário de Evangelista Pereira remonta a difusão da ideia de que as demandas sociais só poderiam ser alcançadas caso os brasileiros criassem meios de influenciar e fiscalizar os debates constituintes.

A ideia apresentada por Evangelista de que a Constituinte deveria ser “livre e soberana” esteve no cerne dos debates realizados pela população a respeito do formato que a Assembleia deveria ter, os grupos mais progressistas reivindicaram que fosse exclusiva, ou seja, pessoas seriam eleitas exclusivamente para formular o documento e, posteriormente, ocorreria a dissolução da convenção, todavia, o projeto realizado foi de uma Assembleia Nacional Constituinte congressional, ou seja, teve como Constituintes os representantes políticos eleitos no ano de 1986 e os senadores que possuíam mandato de oito anos eleitos em 1982. Por meio da Emenda Constitucional nº 26 de 27 de novembro de 1985 aprovada pelo Congresso Nacional, a Assembleia Nacional Constituinte seria congressional. Esse cenário estimulou o engajamento da população na fiscalização das atividades e nos debates políticos, tendência construída ao longo dos anos que precederam a própria Assembleia e conecta-se a um processo mais amplo, o da redemocratização.

Analisaremos, a seguir, a mensagem enviada por Jonas Antunes Ribeiro³:

³ Jonas Antunes Ribeiro enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e Jônathas Nunes foi o destinatário escolhido.

Na minha pouca convivência com a política tenho quase certeza (sic) de que o Brasil está vivendo um péssimo período político, e espero que esta nova constituinte encontre a solução ideal, para que volte tudo ao normal o que está acontecendo no quadro político brasileiro, no meu ímpeto ponto de vista, sinto (com a sensibilidade do meu corpo), que o morador rural necessita (sic) de um contato mais íntimo, aconchegante, pois os quais são os esquecidos por seus representantes. E uma outra que necessita de uma fiscalização ágil é a administração pública, ondes certos municípios (sic) existe o desgosto da população por não ter a imagem de tv (Ribeiro, 1986).

Ao afirmar possuir pouca convivência com a política, Jonas Antunes demonstrou receio ao apresentar suas ideias políticas porque conhecia o pressuposto de que o campo político é um domínio pertencente aos representantes eleitos ou aos intelectuais que explicam teoricamente suas opiniões, contudo justificou o pedido por melhorias ao dizer que sentia corporalmente os impactos dos problemas aos quais se referia. Apesar de não especificar o que seria a anormalidade do sistema político brasileiro, afirmou que a existência de problemas era tão evidente que mesmo ele, homem ordinário e com pouco contato com a política partidária ou institucional, percebia dada instabilidade. Por meio do cotidiano, o missivista evidenciou seu inconformismo, morador da zona rural, informou que conhecera municípios nos quais a população do local não tinha acesso ao sinal da TV.

Nesse sentido, teceu considerações acerca do contexto político com base no seu próprio *espaço de experiência* constituído pela condição de habitante da Zona Rural de um município no interior do Piauí. O autor utiliza, como exemplo, a falta de sinal de televisão porque esse meio de comunicação, amplamente utilizado durante os finais dos anos 1980, era símbolo de um progresso que não havia chegado a determinados municípios do campo. Nesse sentido, o desgosto da população estava atrelado a um sentimento de atraso e a falta do sinal de TV representava a escassez vivenciada pela população rural que se estendia a diversos âmbitos do cotidiano.

Ao afirmar que sentira o abandono do homem do campo pelos representantes políticos com o próprio corpo, Jonas tenta sensibilizar o interlocutor quanto às condições de vida dos moradores da zona rural. Assegura que a população do local estava esquecida, observação que reverbera características próprias do sistema de político brasileiro, a tendência das cidades com menos poder eleitoral receberem pouca atenção do que os principais centros urbanos, interesse que muitas vezes se limita ao período eleitoral. O missivista também abordou a ausência de infraestrutura em determinadas localidades rurais

e a atribuiu à falta de fiscalização das administrações desses lugares. Nessa perspectiva, Jonas também criticou os órgãos que compunham o poder municipal.

A mensagem que analisamos a seguir foi enviada pelo missivista Luiz Paulo Oliveira Lopes⁴:

Uma Constituinte que não viesse a se preocupar com a identidade cultural do seu povo perderia, obviamente, sua essência. Este país perde, constantemente, seus valores culturais, suas tradições, costumes, folclores, monumentos do passado. Urge que dentro da nova Constituinte exista um espaço para preservar tudo aquilo que é a nossa memória e a nossa identidade, partindo-se da afirmação de que "povo sem memória é povo sem história" Que este país receba, através da Constituinte, um mecanismo seguro que proteja o nosso passado, nossas raízes. Aqui no Piauí, por exemplo, nossa tradição cultural está sendo pulverizada, nossos monumentos históricos se transformando em ruínas e a nossa identidade é transformada com o advento de outros conceitos ou outros valores. Se isso não for feito, pobre Constituinte (Lopes, 1986).

A estrutura textual nos fornece indícios de que o missivista possuía uma formação escolar considerável, assim como a indicação no formulário de que ele possuía ensino superior completo. Luiz Paulo solicita a inclusão na Constituição de políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio e à identidade cultural brasileira. A justificativa foi baseada em uma perspectiva social-cultural, é no passado histórico, aquele que diz respeito ao que as sociedades produzem ao longo do tempo, que encontramos a identidade cultural de um povo. Luiz Paulo Oliveira compreende o passado como uma referência que servirá para orientar a sociedade brasileira de forma positiva, a ausência de uma identidade nacional desfavoreceria, por conseguinte, a construção de um projeto que solucionasse os problemas do país. Observamos que a noção de futuro formulada pelo missivista apresenta uma perspectiva negativa do porvir, Luiz Paulo afirma que valores e conceitos em ascensão estavam em desconformidade com a valorização cultural da identidade nacional que para ele se encontrava no elemento indígena.

O missivista informou que possuía ensino superior completo, a narrativa apresentada indica que sua formação acadêmica foi na área de História ou Arquitetura, visto que desenvolveu a sugestão a partir de temas estudados em ambas as áreas, a preservação do patrimônio e as tradições culturais. Ao considerar que a Constituinte não poderia deixar de

⁴ Luiz Paulo Oliveira Lopes enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Floriano, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o superior completo, divorciado, tinha entre 40 e 49 anos, informou que recebia mais de 05 a 10 salários mínimos e não escolheu destinatário.

abordar aspectos da memória e da identidade brasileiras, Luiz Paulo considerou que a criação de um novo *horizonte de expectativas* não poderia estar dissociada do *espaço de experiência* formado pelas tradições culturais brasileiras.

Independentemente da aplicabilidade real das leis constitucionais, o tema discutido pelo missivista foi contemplado no seguinte artigo da CF: “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, cap. III, art. 216). Percebemos que diversos missivistas debateram temas que foram contemplados na Constituição de 1988 justamente porque estavam inseridos em uma sociedade que discutir esses assuntos e pressionou os Constituintes a pensarem sobre eles.

A frase de Luiz Paulo, “Se isso não for feito, pobre Constituinte” (Lopes, 1986), reverbera um padrão na percepção dos missivistas acerca da Constituição que seria criada, uma vez que as sugestões foram construídas com base nas prioridades políticas, sociais, culturais e econômicas de cada autor, caso fossem preteridas, a ausência de algo considerado essencial individualmente empobreceria o impacto do texto constitucional. Nessa perspectiva, os missivistas consideraram que as suas sugestões não poderiam ficar à parte dos debates Constituintes, na perspectiva de Koselleck (2006): “Sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico” (Koselleck, 2006, p. 312). Apesar das solicitações e dos desejos expressados, os missivistas compreendiam que as proposições feitas poderiam não ser atendidas, esse desapontamento com o futuro histórico foi sintetizado por Luís Paulo na frase “Se isso não for feito, pobre Constituinte” (Lopes, 1986). A perspectiva dos missivistas de que a Constituição ficaria empobrecida caso as sugestões que escreveram não fossem contempladas aponta-nos às próprias características do gênero textual da carta, trata-se de uma escrita epistolar, nas palavras de Ângela de Castro Gomes (2004), uma escrita de si, ou seja, feita a partir do que cada indivíduo considerava pertinente.

A próxima mensagem analisada a seguir foi enviada por Raimundo Adelmar Sérvio⁵:

⁵ Raimundo Adelmar Sérvio enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morador da zona urbana, possuía até o primeiro grau incompleto, casado, tinha entre 30 e 39 anos, recebia até um salário mínimo e Heráclito Fortes foi o destinatário escolhido.

Quanto ao futuro da nova Constituinte na minha opinião quero apenas pedir aos senhores que nos representam que baseados naquilo que mais nos interessa é assegurar os nossos direitos principalmente daqueles assalariados. Espero, portanto, melhoria salarial, uma boa formação social de todos nós brasileiros. Senhor Deputado, confiado no bom espírito de humanidade dos nossos representantes, eu e todos desejamos que a nova Constituinte nos traga aquilo que a muito esperamos. Saúde, Educação, Transportes, etc (Sérvio,1986).

Das 155 cartas-formulários enviadas por piauienses ao SAIC, a categoria direito foi citada de maneira direta em vinte mensagens. A mensagem de Raimundo possui um caráter mais geral, trata dos direitos de maneira ampla, reiteramos que a busca por influenciar a Constituição partiu, dentre outros motivos, da ideia de que a incorporação de direitos ao texto constitucional não seria apenas uma forma de assegurá-los legalmente, mas também abriria precedentes para que esses fossem cobrados à posteriori. O missivista parecia confiante quanto à possibilidade de os Constituintes contemplarem as demandas apresentadas. Decerto, nota-se o quão a nova Constituição foi aguardada pelos brasileiros como um instrumento de transformação social e econômica.

Na maior parte das mensagens analisadas, percebemos a criação de um *horizonte de expectativas* preenchido por um sentimento de esperança, a Constituição poderia de fato criar uma realidade nova, diferente de tudo que havia acontecido anteriormente, distinto do *espaço de experiência* vivenciado pelos autores das cartas-formulário. Observamos, contudo, exceções, foi o caso da missivista Rosa Lima de Rezende Cruz⁶, que afirmou: “Tornei-me apolítica desde 84” (Cruz, 1986), a mensagem reflete postura adotada por alguns missivistas que desconfiavam da atuação dos representantes políticos brasileiros e tampouco acreditavam que os interesses da população teriam espaço em meio aos interesses dos político-partidários.

Retornemos à análise da mensagem de Raimundo Ademar, ele reiterou que ansiava pela garantia de direitos sociais, entre eles, saúde, educação e transportes, analisamos a sugestão à luz das considerações de Vavy Pacheco Borges:

⁶ Rosa Lima de Rezende Cruz enviou sua carta-formulário em 20 de fevereiro de 1986, do município de Piripiri, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteira, tinha entre 20 e 24 anos, recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido. O acontecimento que fez com que a missivista se mostrasse desapontada com a política foi de ordem pessoal, no qual foi aprovada em um concurso, porém não foi nomeada. Rosa Lima acusou um deputado estadual do Piauí pelo ocorrido, por isso, afirmou ter se tornado apolítica.

[...] a racionalidade de uma época e de um espaço determinados na problemática própria do objeto em questão - seja este um país, uma cidade, uma instituição; vai procurar retomar os "comos" e os "porquês" das tentativas de respostas dos homens a seus próprios problemas, em diversos espaços e tempos; vai retomar sua cultura política própria, os conceitos que centraram seus debates; vai retomar, enfim, todas as suas ideias e atitudes políticas, isto é, aquelas que surgem ao tentarem os homens influenciar decisões sobre seu destino, em qualquer tipo de situação (Borges, 1991, p. 154).

O estudo da *História Política* na atualidade atravessa diversos campos da vida em sociedade porque pode ser aplicado a diferentes problemáticas e objetos, assim como os apresentados por Raimundo Ademar em sua mensagem, a cidade, as instituições, um grupo ou um país, desde que se busque nesse objeto a racionalidade de determinado espaço e época, como e porque os homens tentavam responder a seus problemas e atitudes. Esse é um ponto em comum entre todas as mensagens analisadas, o conteúdo das cartas-formulário foram respostas de homens e mulheres comuns, ou seja, que não possuíam necessariamente vínculos com a política institucional, mas buscaram resoluções para problemas vivenciados no cotidiano, que eram desdobramentos de crises econômicas e políticas dos anos 1980 no Brasil.

Os piauienses também enviaram cartas-formulário nas quais explicaram o que compreendiam do contexto político do país, foi o caso da sugestão escrita por José Cleuton Batista de Sá⁷:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, bem como do conhecimento de todos os brasileiros, que a constituição é um conjunto de leis que depois de votada, aprovada e sancionada pelo Excelentíssimo Presidente da República, é quem define e protege todos os direitos nela reservada a cada Cidadão brasileiro. No entanto, Senhor Deputado o que tenho observado é que as leis existem, mas não são aplicadas quando necessário [...] (Sá, 1986).

José Cleuton buscou respaldar e conferir credibilidade às suas sugestões ao demonstrar que conhecia os trâmites necessários para a criação de uma nova Constituição e o que ela representava, dessa forma, chamou atenção dos Constituintes e buscou destacar suas sugestões em meio às inúmeras mensagens que foram remetidas a *ANC*. Identificamos

⁷ José Cleuton Batista de Sá enviou sua carta-formulário em 24 de fevereiro de 1986, do município de Fronteiras, morador da zona rural, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Jônathas Nunes foi o destinatário escolhido.

um tom de apelo direcionado ao deputado Jônathas Nunes no trecho em que o missivista destaca que observara que as leis existiam, mas não eram aplicadas, ou seja, a criação de novas leis não traria necessariamente mudanças significativas. No mesmo sentido, Silveira da Costa Pereira de Oliveira⁸, antes de apresentar seus anseios, explicou o que compreendia por Constituinte:

É com satisfação que aproveito esta oportunidade para dizer o que entendo por Constituinte. São aqueles que constituem, que fazem parte de um organismo, de um todo que tem poder de construir, afirmar, de estabelecer, organizar e democratizar. O poder Constituinte reside no povo. Não há Constituinte relativa, assim como não existe democracia relativa, a Nação exige transformação mais profunda e que os novos Constituinte apliquem a democracia que o Dr. Tancredo muito desejava, dando assim os direitos de cada um, defendendo os deveres, garantindo nossa segurança (Oliveira, 1986).

A missivista demonstrou satisfação com a possibilidade de redigir sugestões que seriam enviadas à ANC. No texto, fez associações entre a Constituinte, o povo, a democracia e a nação, destarte, reiterou, seguindo uma perspectiva jurídica, que a principal relação do texto constitucional deveria ser para com o povo que ela representava. A autora compreendia que os diversos interesses político-partidários poderiam secundarizar as demandas da população. Ao afirmar que “o poder Constituinte reside no povo” (Oliveira, 1986), buscou lembrar aos Constituintes que ela, enquanto parte desse povo, conhecia os aspectos legitimadores do texto constitucional. O contentamento da autora em escrever aos Constituintes estava atrelado à sensação de ser consultada a respeito do que ela, enquanto brasileira, esperava da nova Constituição, contudo, nos chamou atenção o fato da remetente relacionar a noção de democracia que apresentara com a atuação de um político brasileiro, Tancredo Neves. A autora, além de problematizar a democracia, a relacionou à Tancredo Neves, primeiro civil indicado ao cargo de Presidente da República pelo Colégio Eleitoral desde 1964.

A interligação que a autora estabeleceu entre a democracia e Tancredo Neves reverbera a repercussão do movimento *Diretas Já*⁹ entre os brasileiros, mobilização na qual

⁸ Silveira da Costa Pereira de Oliveira enviou sua carta-formulário em 30 de fevereiro de 1986, do município de São Francisco do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casado, tinha entre 40 e 49 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

⁹ Entre os anos 1983 e 1984, ocorreu intensa mobilização popular pelo retorno das eleições diretas para presidente da república, que ficou conhecida como Diretas Já. As manifestações pressionaram o Congresso

obteve considerável notoriedade entre a população. Em articulação com Reinhart Koselleck: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (Koselleck, 2006, p. 309), a narrativa de Silveira da Costa articula-se diretamente com essa consideração, é evidente que ao solicitar a aplicação de uma democracia difundida pelos discursos de Tancredo, a missivista promovia uma atualização de um passado relacionado às lutas políticas que marcaram o processo de redemocratização do país, nas quais o referido político obteve considerável notoriedade entre a população.

A concepção positiva criada em torno da figura de Tancredo e sua possível gestão foi compartilhada por outros missivistas. Augusto Pereira dos Santos¹⁰ remeteu sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí:

Tanto que, Tancredo falou que ia olhar para os pobres, o Sarney prometeu, mais foi enganando e está tudo negativo. Até que no início agradou. Exmo. Sr. Senador, eu desejo muito que a nova constituinte faça o que Tancredo deixou planejado. Sim, nada de bom apareceu (Santos, 1986).

O missivista afirmou que havia se decepcionado com o governo Sarney e comparou os projetos do então presidente com os discursos feitos por Tancredo Neves. As *expectativas* criadas por Augusto Pereira em torno do novo governo foram frustradas pela morte inesperada de Tancredo, sob a ótica discutida por Koselleck (2006):

Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa — eis uma fórmula para a estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo "progresso". Isso foi plausível enquanto as experiências anteriores não eram suficientes para fundamentar as expectativas geradas por um mundo que se transformava tecnicamente [...] (Koselleck, 2006, p. 326).

O Brasil havia ficado 21 anos sob regime ditatorial de 1964 a 1985, o missivista possuía entre 40 e 49 anos quando enviou a carta-formulário, logo, a última Constituição construída democraticamente havia sido publicada em 1946, quando o autor da carta tinha no máximo

Nacional a aprovar a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que estabelecia a volta de eleições diretas, mas a emenda foi derrotada no dia 25 de abril de 1984. Parte dos membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB, no qual tinha entre seus líderes Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, ganharam notoriedade pública ao participarem de comícios das Diretas-Já.

¹⁰ Augusto Pereira dos Santos enviou sua sugestão no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí, morava zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, tinha entre 40 e 49 anos, recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi destinatário de sua carta-formulário.

7 anos de idade. Nessa perspectiva, Augusto possuía uma vivência pequena quanto à construção de um documento constitucional, a produção da Constituição de 1988 era algo novo para ele, conseqüentemente, suas *expectativas* eram consideravelmente maiores porque não havia nenhuma experiência semelhante que limitasse o seu *horizonte de expectativas*, era a primeira vez que experienciava o processo de fabricação do documento mais importante para a organização do Estado.

A criação de um prognóstico, aquilo que se acredita que irá ocorrer, configura-se a partir da relação entre expectativa e experiência, que é resolvida apenas quando o futuro se torna presente, ou seja, basear as *expectativas* somente na experiência não preenche a realidade futura, assim como criar *expectativas* sem referência alguma no passado também não terá aplicabilidade (Koselleck, 2006). Percebemos por meio das cartas-formulário analisadas que a atuação política de Tancredo Neves na legenda do PMDB,¹¹ durante a década de 1980, desdobrou-se na criação de *horizontes de expectativas* por parte da população brasileira que qualificava o caminho democrático como o ideal, distanciando-se, por conseguinte do que havia sido produzido durante a ditadura militar.

O *espaço de experiência* não é composto apenas por uma memória, mas por múltiplas, criadas a partir das experiências vivenciadas, é, em linhas gerais, uma atualização do passado que influencia o modo com que as pessoas se posicionam no presente. O *espaço de experiência* foi a base para a formulação das mensagens enviadas pelos missivistas. José Vieira dos Santos escreveu em sua carta-formulário:

A Constituinte, na minha opinião, é um acontecimento importante na vida nacional e para os direitos dos cidadãos, desde que seja mantida corretamente nos seus devidos estatutos. Como se espera, que sejam assegurados por toda a cúpula nacional, na pessoa do senhor Presidente e todo o Congresso Nacional (Santos, 1986).

A mensagem foi enviada em tom de apoio aos trabalhos constitucionais e, ao mesmo tempo, demonstra que os brasileiros estavam interessados em acompanhar as pautas discutidas nas comissões da ANC. Além disso, o missivista também considerou que a

¹¹ Tancredo concorreu à presidência, com o vice José Sarney, pela Aliança Democrática, que reuniu dissidentes do PDS, partido governista e membros PDMB no colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985, destinado à eleição indireta do sucessor de João Batista Figueiredo. A Aliança Democrática venceu o Colégio Eleitoral de 1985, entretanto, em decorrência da grave doença e morte que acometeu Tancredo, no dia 15 de março de 1985, Sarney assumiu a presidência de forma interina.

efetivação do trabalho Constituinte dependeria da sua adequação aos propósitos constitucionais e a responsabilidade em assegurar esta ordem era do presidente e do Congresso Nacional. A mensagem de José da Paz Araújo¹² possui, em linhas gerais, a mesma abordagem da carta-formulário anterior, pois o missivista também buscou demonstrar ter interesse no tema ao explicar o que considerava ser a Constituinte:

Eu penso que a constituinte são muitas leis, são as principais de um país. Essas leis são para que sejam tomadas as principais providências do país para que tenham mais ordem. Eu espero da constituinte que vem aí que seja uma constituinte de leis muito elaboradas para que acabe a violência (sic) neste país. Eu desejo que esta constituinte seja uma constituinte de muita participação do povo para dar suas opiniões e que essas opiniões sejam bem aproveitadas (Araújo, 1986).

A projeção criada a partir da elaboração das principais leis que regulamentam o país foi tão intensa que alguns missivistas não distinguiam as garantias constitucionais da sua aplicabilidade prática. Essa dinâmica ocorreu porque as *expectativas* criadas com a instauração de uma nova Constituição não se restringiram às experiências anteriores, afinal, a criação das Constituições durante a ditadura militar, ainda que propagandeadas como promulgadas, foram feitas de maneira unilateral e atravessadas pelo autoritarismo do regime em vigor no período. Em suma, na maior parte das mensagens que integram a categoria *Constituinte ideal*, os missivistas desejaram que a nova Constituição abrisse um *horizonte de expectativas* que viabilizasse a resolução de problemas sociais, econômicos e políticos, a mensagem de Abiné José Ferreira¹³ também ilustra essa visão:

Saúde, Paz e Prosperidade. Tudo o que nós esperamos da Nova Constituição é um melhoramento básico, que venha a beneficiar a nação brasileira, corrigir tantas, irregularidades que até então, reina no nosso sofrido Nordeste. Ainda falta muito para a democracia estender suas asas, em todos os recantos deste imenso país (Ferreira, 1986).

¹² José da Paz Araújo enviou sua carta-formulário em 15 de julho de 1986, do município de São João do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 15 e 19 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Ciro Nogueira foi o destinatário escolhido.

¹³ Abiné José Ferreira enviou sua carta-formulário em 24 de fevereiro de 1986, do município de Monte Alegre do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido.

Abiné Ferreira além de desejar que os habitantes do Nordeste, adjetivados como sofridos, fossem amparados por meio de políticas públicas implementadas a partir da Constituinte, relacionou a construção do texto Constitucional com o regime democrático. A autora considerou que a nova Constituição fazia parte do processo de redemocratização do país que, de maneira positiva, voltava a “estender suas asas” (Ferreira, 1986), ou seja, era restabelecido após 21 anos de ditadura militar. A mensagem reverbera a escolha do nome *Constituinte ideal* para nossa categoria de análise, percebemos que os missivistas idealizavam não só o que deveria ser incluído no texto constitucional, mas os desdobramentos que ocorreriam na sociedade a partir da promulgação dessas leis e os problemas que elas solucionariam. Abiné, que possuía formação escolar apenas de primeiro grau¹⁴, associava a criação da Constituição a uma etapa importante para a expansão da democracia no Brasil.

A mesma concepção foi identificada em mensagens de outros missivistas com maior grau escolar, nota-se, portanto, que, independente da formação escolar ou acadêmica, pessoas de diversos estratos sociais ansiavam pela nova Constituição e a consideravam uma etapa necessária para a redemocratização. O missivista Francisco de Assis Leite¹⁵ ressaltou a importância da Constituição como um projeto político que serviria para orientar as decisões aplicadas por meio dos poderes estatais: “Uma nação sem a sua Constituinte é uma embarcação no insondável oceano sem sua necessária direção [...]” (Leite, 1986). O autor caracteriza a Constituição como documento norteador que conferiria assertividade às ações estatais e aos projetos políticos a serem desenvolvidos no país. Na mensagem da missivista Ivaneide Viana Cardoso,¹⁶ percebemos mais uma vez a esperança de que os problemas sociais e econômicos do país seriam resolvidos com a nova Constituição:

Em primeiro lugar, o que eu espero da Constituinte: [...] E também para que possamos viver em paz, com fé, sem violência, que hoje em dia é só que vemos em nosso país. Tanta violência que nós vivemos coagidos. É isso que nós esperamos da nova Constituinte. Nós brasileiros esperamos é que o nosso país mude e ajude nós, brasileiros necessitados, e que possamos viver em paz, com fé, fraternidade (Cardoso, 1986).

¹⁴ O primeiro grau equivale atualmente ao Ensino Fundamental I e II.

¹⁵ Francisco de Assis Leite enviou sua carta-formulário em 11 de abril de 1986, do município de Valença do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casado, tinha acima de 59 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e não escolheu destinatário.

¹⁶ Ivaneide Viana Cardoso enviou sua carta-formulário em 01 de agosto de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, tinha acima de entre 15 e 19 anos, informou que recebia mais de 05 a 10 salários mínimos e Cid Saboia Carvalho, senador Constituinte do Ceará filiado ao PMDB, foi o destinatário escolhido.

Ivaneide Viana escolheu a violência como tema central da narrativa, o *horizonte de expectativas* aberto a partir da construção de uma nova Constituição permitiu que a autora imaginasse uma realidade social diversa da que vivenciava no período de escrita da carta-formulário. Observamos a criação de futuros possíveis pelos missivistas que ilustram, para utilizarmos palavras de Reinhart Koselleck, o tempo histórico em transformação: “Com isto, veremos que a classificação dos conceitos sociais e políticos pelas categorias ‘expectativa’ e ‘experiência’ oferece, não obstante, uma chave para mostrar o tempo histórico em mutação” (Koselleck, 2006, p. 322). As cartas-formulário apresentam-se como uma chave para percebermos o tempo histórico em mutação, sobretudo a partir de uma perspectiva política.

A nova Constituição foi esperada por Ivaneide como algo revolucionário, a missivista ansiava que um tempo de paz e fraternidade fosse inaugurado, para tanto, as estruturas políticas, sociais e econômicas seriam transformadas. A Constituição de 1988, por meio da perspectiva ordinária, não disporia apenas sobre a organização do Estado brasileiro e os direitos do cidadão, ela viabilizaria a resolução dos mais diversos conflitos e desigualdades. Por outro lado, apesar de a maior parte dos missivistas terem depositado suas esperanças por mudanças na Constituição, existiram aqueles que utilizaram o espaço para afirmar que não acreditavam em mudanças significativas. José Wilson da Silva¹⁷ fez as seguintes considerações:

Essa é a minha opinião: eu acho que a Constituinte não vai resolver o problema do nosso país, porque, na situação em que nosso país se encontra, não há remédio que cure nossos males. O que mais precisamos, em nosso país, é de homens competentes e sinceros, para que o nosso Brasil não chegue ao desespero. Por outro lado, quando os nossos parlamentares se encontram com o poder na mão, esquecem que se comprometeram com a nação. Então não há partido político, não há Constituinte que venha acabar, de uma vez toda, com o nosso problema: porque os nossos parlamentares, quando em suas campanhas política oferecem mil maravilhas para a nação, saem correndo atrás de cada brasileiro, por mais pobre que for, e, depois que chegam, cada um em seus gabinetes, esquecem de que fomos nós, que os levamos até ali, e em vez de irem trabalhar para cumprir o que prometeram, não, vão à luta é por sua condição financeira. E é por isso que não mais acreditamos em mudança. Todos são iguais quando estão querendo alcançar suas vitórias; então, por que agem de tal maneira? Todos deveriam lutar e estar, lado a lado, com o povo, mas não, eles querem só que o povo esteja com eles, e esquecem que sempre vem outra campanha política, e, que mais uma vez vão precisar do povo (Silva, 1986).

¹⁷ Jose Wilson da Silva enviou sua carta-formulário em 30 de fevereiro de 1986, do município de Ipiranga do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e Helvídio Nunes foi o destinatário escolhido.

O missivista não acreditava que seria possível solucionar os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil por meio de uma nova Constituição. José Wilson argumenta que os próprios Constituintes, aqueles que construiriam o texto constitucional, representavam um dos males do país, pois, segundo as próprias experiências, os representantes agiam apenas de acordo com interesses particulares e partidários. Analisemos as afirmações a partir das considerações de Koselleck (2006):

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 310).

A expectativa é *futuro presente* porque se trata de algo que esperamos que vá acontecer, mas é formulada no presente, tais previsões não precisam ser necessariamente positivas, é o caso da mensagem de José Wilson que traz uma perspectiva mais racional sobre o momento de transição que vivenciava, o autor o caracterizou mais pelas permanências do que pelas transformações. Percebe-se um tom de indignação nas palavras escritas pelo missivista que discute a respeito das práticas de políticos que se aproximam dos eleitores apenas para angariar votos e, após ganharem os pleitos, afastam-se dessas populações marginalizadas. Nesse sentido, a expectativa apresentada pelo missivista foi baseada em experiências negativas e influenciou a falta de esperança para com a construção da Constituinte, pois a permanência das práticas de corrupção era mais real do que as possibilidades de mudança.

Apesar de acreditar que a Constituição não teria um impacto significativo na própria realidade, José Wilson da Silva considerou importante participar do projeto *Diga-Gente - Projeto Constituição* para manifestar a sua indignação com o sistema político do país, além da oportunidade de ter como interlocutor um representante político, ou seja, poderia direcionar as críticas para aqueles a quem considerava responsáveis pelos problemas do país. O posicionamento do missivista também nos permite compreender que o impacto da Constituição de 1988 foi visto de maneiras plurais, majoritariamente, percebe-se a empolgação e a esperança de que algo novo transformaria os males estruturais do país,

contudo, havia aqueles que não acreditavam nessa possibilidade, em termos teóricos, que limitaram o *horizonte de expectativa* a partir do *espaço de experiência*.

A carta-formulário a seguir não possui identificação do autor: “Que o trabalhador pudesse participar da Constituinte. Que as forças militares sejam (sic) desligadas (sic) da política. Última sugestão. Um grupo de pessoas que não sofrem jamais poderão saber o que os pobres precisam”¹⁸ (1986). O missivista, além de solicitar que os trabalhadores pudessem participar da Constituinte, embora não tenha especificado qual forma de participação, considerava a mais pertinente crítica à Constituinte a sua composição, formada por deputados e senadores com um *espaço de experiência* distinto das camadas menos abastadas, em suma, para o autor, eles não saberiam precisar as reais necessidades da população. O discurso do missivista aproxima-se dos debates promovidos pelos movimentos pró-participação popular na Constituinte que reivindicou, inicialmente, um modelo exclusivo ao invés de congressual.

Os membros de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva são eleitos, especificadamente, para trabalharem na produção da Constituição e após a conclusão do texto a mesma é dissolvida. O modelo adotado na criação da Constituição de 1988 foi do tipo congressual, formada pelos membros do Congresso Nacional, isso fez com que os movimentos sociais intensificassem as campanhas em prol da participação popular na Constituinte porque compartilhavam da percepção crítica de que os deputados e senadores agiriam de acordo com interesses político-partidários. Fora essa percepção, que intensificou a participação da população nos debates constituintes, não só por meio do envio de cartas-formulário como também pela organização de manifestações, congressos, caravanas, criação de emendas populares, dentre outras.

As considerações do missivista não identificado reverberam a concepção de que a discussão política não deveria ser limitada pela formação escolar ou pelo domínio teórico, o que legitimava a participação popular eram as experiências acumuladas pelos brasileiros que vivenciavam cotidianamente os problemas do país. Além disso, o autor solicitou que os militares fossem afastados da política, dessa maneira, observamos o estabelecimento de uma relação com o regime político anterior, a ditadura militar, representada como um ponto oposto ao que deveria ser construído a partir da criação da nova Carta Constitucional.

¹⁸ A carta-formulário foi enviada em 30 de fevereiro de 1986, do município de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casado, tinha entre 30 e 39 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e João Lobo foi o destinatário escolhido.

Consideramos que o pedido de afastamento dos militares do sistema político influenciou o autor a não ter se identificado no formulário. O missivista indeterminou a autoria da carta como forma de autopreservação e segurança, uma vez que a presença dos militares e de mecanismos autoritários não foi encerrada com a eleição indireta de Tancredo Neves ou com o mandato de José Sarney, mas perdurou durante a reconstitucionalização do país.

Os missivistas também relacionaram à nova ordem constitucional que seria instaurada à religião, principalmente no que se refere à liberdade de realizar cultos religiosos. Este foi o pedido realizado por Jonas Tomaz dos Santos¹⁹:

Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Da nova Constituição brasileira eu penso que vai melhorar o nosso país em todos os setores. Espero que a influência religiosa não afete os direitos que todos nós brasileiros temos, e religiosamente sermos libertos e propagar a nossa crença em alto e bom som [...] (Santos, 1986).

Religião e política são temas que foram constantemente tratados de maneira conjunta no Brasil. Apesar do país ter se tornado laico, com a instauração da república no ano de 1889, a relação foi discutida pelos missivistas nas cartas-formulário, alguns autores demonstraram preocupação, pois consideravam que a nova ordem constitucional poderia restringir algum culto religioso. O mesmo pedido foi feito pelos dois próximos missivistas, entre eles, Francisco de Sousa Santos²⁰:

Como Ministro Evangélico, sou a favor de uma Nova Constituição como a lei máxima da Pátria. Espero que os Evangélicos, como parte da sociedade Brasileiro nesta Nova Constituição, sejam assegurados os direitos de liberdade de debater, de consciência, de expressão, de culto, de propagação do Evangelho e acesso às solenidades públicas, como têm os demais ministros religiosos (Santos, 1986).

Além dos fiéis das religiões, os chefes das congregações também reivindicaram o direito de proferir as suas crenças, entre eles, o ministro evangélico Francisco de Sousa Santos. Antes das duas últimas cartas-formulário discutidas, havíamos identificado apenas narrativas

¹⁹ Jonas Tomaz dos Santos enviou sua carta-formulário em 01 de março de 1986, do município de Corrente, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, não informou estado civil, tinha entre 20 e 24 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

²⁰ Francisco de Sousa Santos enviou sua carta-formulário em 02 de março de 1986, do município de Santa Cruz do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, casado, tinha entre 30 e 39 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

em que os missivistas ansiavam por mudanças. Em contraponto, nas mensagens de Jonas Tomaz dos Santos e Francisco de Sousa Santos, temos a preocupação de que garantias existentes não fossem abolidas com as novas leis. A inquietação demonstrada pelos autores a respeito da liberdade religiosa pode indicar certo nível de desconhecimento a respeito do regime político a ser construído, uma democracia, sistema intrinsecamente ligado à liberdade de expressão. A preocupação do missivista também pode estar relacionada às experiências de preconceito contra pessoas da religião. Segundo dados do IBGE, os evangélicos representavam apenas 6,6% da população na década de 1980 e 9,0% nos anos 1990. Os pedidos dos missivistas Jonas Tomaz dos Santos e Francisco de Sousa Santos foram atendidos na Constituição no capítulo “Dos direitos e garantias fundamentais”, Artigo 5º, inciso VI, têm-se a garantia de liberdade de crença, por conseguinte, de religiosidade: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Brasil, 1988, cap. I, art. 5, inc. VI).

Apesar de termos estabelecido um recorte temporal restrito aos anos em que o *projeto Diga Gente - Projeto Constituição* esteve em funcionamento, tratamos de um tema que pertence ao campo da *História do Tempo Presente* brasileira, acerca desse campo de estudos, Jean- Pierre Rioux (1999) fez as seguintes considerações:

[...] a história do presente ao mesmo tempo como término de uma periodização e fina película cronológica que deseja apenas se espessar, mas também como um momento particularmente favorável à observação da ação do tempo passado sobre o presente e, enfim, como uma permuta tangível entre memória e acontecimento (Rioux, 1999, p. 40).

A construção da nova Constituição e os efeitos causados a partir de sua criação permanecem como uma ação do passado sobre o presente, não apenas por meio da interpretação dos seus dispositivos constitucionais, mas também por meio dos *espaços de experiência* modificados com a promulgação da Carta Magna, documento que a população continua analisando e reinterpretando a partir das necessidades constantemente atualizadas do presente.

Considerações finais

Algumas considerações realizadas ao longo do texto são valiosas para a análise da problemática discutida, as propostas que fundamentaram a conservação das cartas-formulário e a sua preservação em plataformas digitais podem ser entendidas como um enquadramento de memória. Representavam a construção de um acervo nacional sobre a Constituinte que conferiria legitimidade à instauração e à preservação do regime democrático no país.

A realidade material presente no contexto vivenciado pelos brasileiros que escreveram cartas-formulário à Assembleia Nacional Constituinte não limitou as *expectativas* criadas, uma nova Constituição poderia trazer soluções aos mais variados problemas apresentados. Por exemplo, por mais que o problema da desigualdade de renda fosse estrutural no Brasil, ou seja, ancorado em uma longa duração como uma permanência, considerável parte dos missivistas acreditavam que a nova Constituição Federal resolveria esse problema ou o amenizaria, justamente porque criaram um *horizonte de expectativas* que não fora limitado pelas experiências que possuíam. Ao tempo que construíam os textos, criaram *expectativas* que não eram limitadas pela experiência, mas iam para além dela, uma projeção que poderia ser tanto negativa quanto positiva, mas não restrita. As possibilidades foram expandidas para além da materialidade real porque não existia ainda nada de concreto, havendo espaço para uma criação que tornou a realidade dobrável. Nessa perspectiva, em alguns casos, ocorreu a subversão da realidade material pela *expectativa*.

A conjugação das diversas formas de intervenção que os brasileiros criaram para manifestarem seus posicionamentos políticos de forma direta comportou opiniões públicas variadas, mas interligadas pela concepção de que era necessário participar do debate público, essa dinâmica culminou na emergência de uma cultura política que teve como cerne uma população ativa politicamente, que pressionou e impôs limites a atuação dos Constituintes. A sociedade civil organizada disputou espaços políticos no intuito de que as demandas sociais apresentadas recebessem garantia constitucional. Os brasileiros criaram cenários desfavoráveis ou favoráveis às pautas discutidas pelos membros dos partidos políticos que formaram a Assembleia Nacional Constituinte. Ainda que fossem problemas compartilhados por um grupo, as apresentações dos temas estavam sempre articuladas às perspectivas individuais e subjetivas. A justificativa para os anseios e pedidos narrados foi realizada por

meio da representação de si, do lugar onde viviam, manifestavam suas crenças, estudavam e trabalhavam.

O principal elo de todas as mensagens, ao menos da maioria delas, residiu na crença de que a nova Constituição abria um *horizonte de expectativas* positivo que resultaria na resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos do país. As cartas-formulário salvaguardadas no banco de dados SAIC foram remetidas por piauienses de 39 municípios, pessoas que apresentaram condições financeiras, formação escolar e idades diversificadas, elementos que influenciaram a variedade de abordagens e temas tratados pelos missivistas. A pluralidade é uma característica própria da participação popular, fenômeno que comporta flexibilidade e modos de intervenção de pessoas de diferentes estratos sociais. Segundo o *espaço de experiência* de cada missivista, o *horizonte de expectativas* apresentado, em decorrência da construção de uma Constituinte, foi retraído ou expandido, alguns destacaram nas mensagens elementos de permanência que contaminavam qualquer prognóstico positivo, por exemplo, a corrupção.

Os missivistas, ao escreverem as narrativas, estabeleceram relações entre o passado, o presente e o futuro; em síntese, os conectaram de diferentes maneiras e mobilizaram esses tempos ao discorrerem acerca das vivências que tiveram e dos anseios que possuíam em relação à nova Constituição. Para compreender as relações que os missivistas estabeleceram entre os estratos temporais, utilizamos duas categorias desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006), *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. As cartas-formulário foram escritas a partir da intersecção entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* aberto em decorrência da construção da Constituição.

Na maioria das mensagens, os prognósticos criados a respeito das consequências que a Constituinte desencadearia foram positivos, pois sua construção representou para os missivistas uma possibilidade de resolução das demandas sociais que apresentaram. Em alguns casos, essa perspectiva positiva foi estendida a tantas instâncias da estrutura social do país que parte dos missivistas piauienses esperou que a nova Carta Constitucional viabilizasse a resolução concreta de problemas nas localidades em que viviam, por exemplo, a instalação de um canal de televisão ou a melhora na oferta de transporte público. Percebemos que o passado evocado nas narrativas epistolares foi apresentado a partir de vivências negativas que os missivistas tiveram, questões que deveriam ser superadas, reajustadas.

O anseio de que a nova Constituição poderia solucionar os problemas da ordem econômica e política do país aparece de maneira majoritária nas sugestões, de tal forma que nada poderia ficar de fora do texto Constitucional, pois, embora as garantias constitucionais não significassem suas práticas, elas abririam espaço para a população cobrá-las do Estado. Foram sugestões criadas a partir de experiências peculiares, que envolveram a construção de uma identidade de si e da significação do mundo que rodeava os escritores. Foi por meio da construção de narrativas que estes elementos de construção identitária contribuíram para o desenvolvimento de discursos que poderiam convencer os interlocutores a atenderem as sugestões e os pedidos.

Referências

ARAÚJO, da Paz. Projeto Constituição. São João do Piauí, 15 de jul. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acessado em: 05 de mar. 2020.

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.185-210.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 57-93.

BRASIL. *Câmara dos deputados*. Diário da Constituinte. 1987-1988. Acesso em 3 de jan. 2020. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/diario-da-constituente>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sugestão dos Cidadãos. Portal da constituição cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao_cidada/o-processoconstituente/sugestao-dos-cidadaos. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

CARDOSO, Ivaneide Viana Projeto Constituição. Teresina, 01 ago. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acessado em: 05 de mar. 2020.

CRUZ, Rosa Lima de Rezende Cruz. *Projeto Constituição*. Piripiri, 20 fev. 1986. Carta-formulário. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

FERREIRA, Abiné José. Projeto Constituição Monte Alegre do Piauí, 24 de fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

OS CONSTITUINTES PIAUIENSES NÃO SÃO CONFIÁVEIS: A MAIORIA É CORRUPTA. *Jornal Alternativa*, fev. 1987, p. 01.

KRENAK, Ailton. Discurso de Ailton Krenak, em 04/09/1987, na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. GIS - Gesto, Imagem e Som - *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 421–422, 2019. DOI: 10.11606/issn.2525-3123.gis.2019.162846. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846>. Acesso em: 14 maio 2025.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEITE, Francisco de Assis. Projeto Constituição. Valença do Piauí. 11 de abril de 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

LOPES, Luiz Paulo. Projeto Constituição. Floriano, 21 de fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

PEREIRA, Evangelista. Projeto Constituição. São Gonçalo do Amarante, 21 fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

PEREIRA, Silveira da Costa. Projeto Constituição. Assembleia Nacional Constituinte. São Francisco do Piauí, 30 fev.1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

RIBEIRO, Jonas Antunes. Projeto Constituição. Flores do Piauí, 21 de fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SÁ, José Cleuton Batista de Sá. Projeto Constituição. Fronteiras, 24 fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SANTOS, Augusto Pereira. Projeto Constituição. Flores do Piauí, 21 fev.1986. *Carta-formulário*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SANTOS, Francisco de Sousa. Projeto Constituição Santa Cruz do Piauí, 02 mar. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SANTOS, Jonas Tomaz. Projeto Constituição. Corrente, 01 mar. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SÉRVIO, Raimundo Ademar. Projeto Constituição. Socorro do Piauí, 20 fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SINDICATO ACUSA EMPRESA DE NÃO CUMPRIR ACORDO. Jornal O Dia, 05 ago., 1986, p. 07.

SILVA, Jose Wilson. Projeto Constituição. Ipiranga do Piauí, 30 fev. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina; PINTO, Almir Pazzianotto; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOUZA, Iselda Soares. Projeto Constituição. Teresina, 29 abr. 1986. *Carta-formulário*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

VALLA, Victor Vincent. *Sobre participação popular: uma questão de perspectiva*. In.: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 7-18, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1998000600002>.